

A hora da educação

• Hoje 174 funcionários da Mercedes em São Bernardo vão receber o certificado de Primeiro Grau. Formaturas dentro das fábricas são comuns agora nas empresas brasileiras. “A Mercedes decidiu que não vai mais contratar funcionários sem o Primeiro Grau, mas em vez de demitir, formou seus empregados”, diz Édson Machado, chefe de gabinete do ministro Paulo Renato. A educação assumiu o ponto central do debate econômico.

A educação será o determinante fator de exclusão: de trabalhadores no mercado de trabalho; de empresas no mercado interno; de países, no mercado global. O assunto está hoje em todos os manuais escritos pelos sábios da sociedade pós-capitalista como Peter Drucker ou Paul Kennedy. Drucker chega a dizer que a educação é tão importante que não pode mais ser monopólio das escolas. A “Economist” tratou do assunto na reportagem de capa, semanas atrás, com um título bem sugestivo: “Educação e a riqueza das nações.” A importância passou a ser tão dramática que não se visita empresa hoje sem que o tema surja. Em geral, as críticas pela situação atual recaem sobre o Governo.

Vários empresários estavam num encontro promovido pela Fundação Dom Cabral, entre eles os presidentes da Sadia, Parapanema, Xerox, e o assunto, claro, era a diminuição do tamanho do Estado. Para provocar, eu disse que eles queriam que o estado entregasse para eles a nata do setor produtivo, mas que arcasse com todos os gastos caros como o de educação, que no fundo iriam beneficiá-los. Protestos gerais: todos tinham exemplos de investimentos de suas empresas na educação dos seus funcionários. Até o final do ano passado, a Sadia havia recolocado 6.500 na escola; a Xerox dá bolsas de estudos de 50%; a Amil gasta 3% do que fatura para bancar a especialização do seu quadro.

Esta é a boa notícia. A ruim é que o país está extraordinariamente atrasado nesta corrida e perde qualquer comparação internacional que se faça. O país ainda tem 18 milhões de analfabetos; as pesquisas do Inep têm mostrado dados estarrecedores sobre a produ-

tividade do ensino público e privado no Brasil, e os gastos públicos continuam amarrados a normas irracionais: qualquer universidade que queira captar recursos por sua própria conta só poderá usar esta receita se for autorizada pelo Congresso Nacional. As federais, se quiserem demitir o porteiro, o processo tem que ir até ao presidente da República.

— Isto se resolve com a autonomia das universidades pela qual estamos lutando — diz Edson Machado.

Quando se superar este tipo de entrave, restará um assunto dos mais espinhosos que o Governo não tem demonstrado qualquer apetite para enfrentar: o ensino superior público tem que continuar sendo gratuito para todos? É correto gastar tanto com ensino superior num país como o Brasil?

Ano passado, o Governo gastou com ensino superior R\$ 5,4 bilhões, incluindo aí o gastos com os inativos que, eram percentualmente irrisórios anos atrás, e hoje já consome 30% dos gastos. De todos os gastos públicos nos três níveis de governo, o ensino superior fica com 30%, o fundamental com 60% e o médio com 10%. Dos gastos federais, a universidade consome 60% e a proposta do Governo é gastar 75%, porque imagina que na divisão dos gastos, os estados e municípios devem cuidar mais e mais do ensino fundamental.

O assunto é tão vasto que comporta dilemas de primeiro, segundo e terceiro graus. A novidade é que ele agora está no centro da economia. “A educação é a chave do sucesso na nova economia do mundo. Mas o que é a chave do sucesso na educação?”, pergunta-se a revista “Economist”. Ou seja, se serve de consolo, fica-se sabendo na leitura da revista inglesa que a dúvida é mundial.